

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS
Rolante/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS
CNPJ/MF nº 95.213.211/0001-19

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	406.181	302.446	CIRCULANTE	166.526	160.520
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.924	10.866	DEPÓSITOS (NOTA 12)	100.064	100.700
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	422	-	Depósitos à Vista	68.281	52.334
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	422	-	Depósitos Interfinanceiros	2.354	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	57.971	-	Depósitos a Prazo	29.429	48.366
Carteira Própria	57.971	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	27.145	31.139
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	90.450	96.577	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	3
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Repasses Interfinanceiros	27.145	31.136
Correspondentes no país	2	2	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.891	1.226
Centralização Financeira - Cooperativas	90.448	96.574	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.891	1.226
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	216.880	173.222	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	6	-
Operações de Crédito	224.524	179.973	Empréstimos País - Outras Instituições	6	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(7.644)	(6.751)	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	37.420	27.455
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	26.984	17.985	Cobrança e Arrecadação de Tributos	117	78
Créditos por Avals e Fianças Honoradas	69	104	Sociais e Estatutárias	5.909	5.293
Rendas a Receber	724	687	Fiscais e Previdenciárias	1.086	845
Diversos	26.501	17.422	Diversas	30.308	21.239
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(310)	(228)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	5.550	3.796			
Outros Valores e Bens	5.426	3.886			
(Provisão para desvalorização)	(4)	(128)			
Despesas Antecipadas	128	38			
NÃO CIRCULANTE	226.754	148.408	NÃO CIRCULANTE	397.693	235.686
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	226.754	148.408	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	397.693	235.686
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	12.056	3.105	DEPÓSITOS (NOTA 12)	356.158	215.655
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.056	3.105	Depósitos Interfinanceiros	30.404	2.221
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	193.928	127.977	Depósitos a Prazo	325.754	213.434
Operações de Crédito	199.033	133.146	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	26.907	15.031
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.095)	(5.169)	Repasses Interfinanceiros	26.907	15.031
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	183	214	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	9.627	-
Diversos	191	219	Empréstimos País - Outras Instituições	9.627	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(8)	(5)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.001	5.000
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	5	12	Diversas	5.001	5.000
Despesas Antecipadas	5	12			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	5.846	5.630	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.716	54.648
Outros Investimentos	5.846	5.630	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	35.811	36.159
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	10.984	7.225	De Domiciliados no País	36.056	36.159
Imóveis de Uso	1.882	1.182	(Capital a Realizar)	(245)	(38)
Outras Imobilizações de Uso	15.378	11.190	RESERVAS DE SOBRAS	31.692	17.645
(Depreciação acumulada)	(6.276)	(5.147)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.213	844
INTANGÍVEL (NOTA 11)	3.752	4.245			
Outros Ativos Intangíveis	8.739	8.267			
(Amortização acumulada)	(4.987)	(4.022)			
TOTAL DO ATIVO	632.935	450.854	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	632.935	450.854

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS
CNPJ/MF nº 95.213.211/0001-19

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	38.640	-	38.640	72.275	2	72.277	56.576	-	56.576
Operações de Crédito	38.105	-	38.105	71.647	2	71.649	56.458	-	56.458
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	535	-	535	628	-	628	118	-	118
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.023)	(26)	(13.049)	(29.423)	(48)	(29.471)	(23.143)	(33)	(23.176)
Operações de Captação no Mercado	(9.336)	(26)	(9.362)	(17.919)	(48)	(17.967)	(13.630)	(33)	(13.663)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.429)	-	(1.429)	(2.782)	-	(2.782)	(2.627)	-	(2.627)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.258)	-	(2.258)	(8.722)	-	(8.722)	(6.886)	-	(6.886)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25.617	(26)	25.591	42.852	(46)	42.806	33.433	(33)	33.400
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.485)	1.815	(12.670)	(25.520)	3.437	(22.083)	(20.046)	2.448	(17.598)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.112	4.621	8.733	7.834	8.716	16.550	6.847	6.298	13.145
Rendas de Tarifas Bancárias	4.409	-	4.409	7.825	-	7.825	5.976	-	5.976
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.035)	(995)	(12.030)	(19.601)	(1.924)	(21.525)	(15.582)	(1.304)	(16.886)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(11.053)	(1.241)	(12.294)	(20.592)	(2.336)	(22.928)	(15.632)	(1.848)	(17.480)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(35)	(229)	(264)	(151)	(436)	(587)	(230)	(322)	(552)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	5.987	68	6.055	12.689	169	12.858	10.790	215	11.005
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(6.870)	(409)	(7.279)	(13.524)	(752)	(14.276)	(12.215)	(591)	(12.806)
RESULTADO OPERACIONAL	11.132	1.789	12.921	17.332	3.391	20.723	13.387	2.415	15.802
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	195	10	205	186	(164)	22	684	32	716
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.327	1.799	13.126	17.518	3.227	20.745	14.071	2.447	16.518
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	2	2	-	(387)	(387)	-	22	22
Provisão para Imposto de Renda	-	8	8	-	(231)	(231)	-	16	16
Provisão para Contribuição Social	-	(6)	(6)	-	(156)	(156)	-	6	6
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.320)	-	(1.320)	(2.220)	-	(2.220)	(1.836)	-	(1.836)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.007	1.801	11.808	15.298	2.840	18.138	12.235	2.469	14.704
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.840	(2.840)	-	2.469	(2.469)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.007	1.801	11.808	18.138	-	18.138	14.704	-	14.704
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.925)	-	(16.925)	(13.860)	-	(13.860)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.749)	-	(1.749)	(1.783)	-	(1.783)
Fates - Estatutário	-	-	-	(781)	-	(781)	(543)	-	(543)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.267)	-	(13.267)	(9.231)	-	(9.231)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(636)	-	(636)	(1.289)	-	(1.289)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(144)	-	(144)	(772)	-	(772)
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	-	(348)	-	(348)	(242)	-	(242)
SOBRAS A DISPOSICÃO DA AGO	-	-	-	1.213	-	1.213	844	-	844

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS

CNPJ/MF nº 95.213.211/0001-19

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	36.180	6.353	77	42.610
Destinação resultado exercício anterior				
Outras destinações	-	-	(77)	(77)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.888	-	-	1.888
Baixas de capital	(3.637)	-	-	(3.637)
Resultado do período	-	-	14.704	14.704
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(543)	(543)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.231	(9.231)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.728	-	(1.783)	(55)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.289	(1.289)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	772	(772)	-
Outras Destinações	-	-	(242)	(242)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	36.159	17.645	844	54.648
Mutações do Período	(21)	11.292	767	12.038
Saldos no início do período em 01/01/2019	36.159	17.645	844	54.648
Destinação resultado exercício anterior				
Outras destinações	-	-	(844)	(844)
Capital de associados				
Aumento de capital	1.033	-	-	1.033
Baixas de capital	(3.085)	-	-	(3.085)
Resultado do período	-	-	18.138	18.138
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(781)	(781)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.267	(13.267)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.704	-	(1.749)	(45)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	636	(636)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	144	(144)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	(348)	(348)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	35.811	31.692	1.213	68.716
Mutações do Período	(348)	14.047	369	14.068
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	35.303	17.645	6.330	59.278
Capital de associados				
Aumento de capital	481	-	-	481
Baixas de capital	(1.677)	-	-	(1.677)
Resultado do período	-	-	11.808	11.808
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(781)	(781)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.267	(13.267)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.704	-	(1.749)	(45)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	636	(636)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	144	(144)	-
Outras Destinações - Devolução SFG	-	-	(348)	(348)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	35.811	31.692	1.213	68.716
Mutações do Período	508	14.047	(5.117)	9.438

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS
CNPJ/MF nº 95.213.211/0001-19

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	9.514	20.981	17.722
Resultado do semestre/exercício	11.808	18.138	14.704
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(2.294)	2.843	3.018
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.670)	820	(310)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1)	(125)	118
Provisão para desvalorização de outros créditos	77	84	117
Depreciação do imobilizado de uso	702	1.368	1.130
Amortização do intangível	504	965	858
Baixas do ativo permanente	7	11	4
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(117)	478	1.639
Destinações ao FATES	(781)	(781)	(543)
Dividendos SicrediPar	(15)	23	5
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(47.196)	(20.934)	(28.240)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(8.887)	(9.373)	(1.498)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(57.971)	(57.970)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.284	1	-
Redução em relações com correspondentes	26	-	18
(Aumento) em operações de crédito	(73.578)	(110.428)	(80.760)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	12.346	7.883	8.108
(Aumento) em outros créditos	(7.811)	(9.076)	(4.964)
(Aumento) em outros valores e bens	(2.685)	(1.624)	(1.527)
Aumento em depósitos	66.758	139.867	46.674
Aumento em relações interdependências passivas	1.292	666	368
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	9.633	9.633	(2.127)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(266)	(1.387)	(560)
Aumento em outras obrigações	10.663	10.874	8.028
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(37.682)	47	(10.518)
Aquisição de Investimentos	(217)	(216)	(12)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.429)	(5.138)	(2.781)
Aplicações no Intangível	(155)	(471)	(1.748)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.801)	(5.825)	(4.541)
Integralização de capital	481	1.033	1.888
Baixa de capital	(1.677)	(3.086)	(3.637)
Juros ao capital próprio	(45)	(45)	(55)
Distribuição de Sobras	-	(844)	(77)
Outras Destinações	(348)	(348)	(242)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.589)	(3.290)	(2.123)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(42.072)	(9.068)	(17.182)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	140.444	107.440	124.622
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	98.372	98.372	107.440

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Encosta Superior do Nordeste RS - Sicredi Nordeste RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/10/1923 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	7.924	10.866
Caixa	7.924	10.866
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	90.448	96.574
Total	98.372	107.440

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	422	-
DI entre Banco e Cooperativas	422	-
Total circulante	422	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.056	3.105
DI entre Banco e Cooperativas	12.056	605
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.500
Total não circulante	12.056	3.105

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	57.971	-
Total circulante	57.971	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	162.031	119.050	281.081	225.948
Financiamentos	31.835	58.232	90.067	40.163
Financiamentos rurais e agroindustriais	30.658	21.741	52.399	47.008
Carteira total	224.524	199.023	423.547	313.119

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	69	-	69	104
Devedores por compra de valores e bens	54	187	241	275
Títulos e créditos a receber (i)	19.944	4	19.948	11.436
Total	20.067	191	20.258	11.815

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	5	-	-
Nível A	0,50	190.588	111.270	953	556
Nível B	1,00	153.971	145.047	1.539	1.450
Nível C	3,00	70.225	44.746	2.107	1.343
Nível D	10,00	18.834	12.590	1.883	1.259
Nível E	30,00	3.319	3.108	996	932
Nível F	50,00	2.006	1.986	1.003	993
Nível G	70,00	953	1.875	667	1.313
Nível H	100,00	3.909	4.307	3.909	4.307
Total		443.805	324.934	13.057	12.153

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.607	25.909	34.991	52.870	116.377	83.719
Rural	119	3.389	27.150	21.741	52.399	47.008
Industrial	104	9.370	12.786	12.431	34.691	38.302
Comércio	672	24.299	38.025	51.711	114.707	78.430
Outros Serviços	775	22.704	41.691	60.461	125.631	77.475
Total	4.277	85.671	154.643	199.214	443.805	324.934

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	29.735	6,70	21.768	6,70
50 devedores seguintes	82.759	18,65	72.704	22,38
100 devedores seguintes	76.171	17,16	66.070	20,33
Demais	255.140	57,49	164.392	50,59
Total	443.805	100	324.934	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	12.153	12.346
Constituição de provisão	8.722	6.886
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.818)	(7.079)
Saldo final	13.057	12.153

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.181 (2018 - R\$ 1.713), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 20.056 (2018 - R\$ 19.460).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	81	75
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	830	374
Devedores por compra de valores e bens	54	57
Devedores por depósitos em garantia	4.321	3.725
Impostos e contribuições a compensar	73	365
Títulos e créditos a receber (ii)	19.944	11.435
Cotas de consórcio	58	14
Operações com cartões	682	248
Pendências a regularizar	286	119
Outros	172	1.010
Total Circulante	26.501	17.422

Devedores por compra de valores e bens	187	218
Títulos e créditos a receber (ii)	4	1
Total não circulante	191	219

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	5.426	3.886
Imóveis	4.822	3.016
Veículos e afins	214	402
Máquinas e equipamentos	390	468
Despesas antecipadas	128	38
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(4)	(128)
Total Circulante	5.550	3.796

Despesas antecipadas	5	12
Total não circulante	5	12

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 4 (2018 - R\$ 128) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	3.233	3.177
Sicredi Participações S.A.	2.607	2.447
Outras Participações e Investimentos	6	6
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	5	5
Total	5.846	5.630

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	897.235 ON	792.848 ON	1	1	3.233.122	3.176.814
	1.869.945 PN	1.653.810 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,26%	0,28%	0,62%	0,62%	0,83%	0,83%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	2.607	2.447	1	1	3.233	3.177

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	17.260	(6.276)	10.984	7.225
Imobilizações em curso	-	2.246	-	2.246	709
Terrenos	-	1.822	-	1.822	1.122
Edificações	4%	60	(13)	47	50
Instalações	10%	4.340	(2.238)	2.102	1.894
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.634	(2.069)	2.565	2.227
Sistema de comunicação	10%	228	(84)	144	76
Sistema de processamento de dados	20%	2.629	(1.164)	1.465	546
Sistema de segurança	10%	758	(265)	493	426
Sistema de transporte	20%	543	(443)	100	175
Intangível (i)		8.739	(4.987)	3.752	4.245
Investimentos Confederação		8.739	(4.987)	3.752	4.245
Total		25.999	(11.263)	14.736	11.470

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	68.281	-	-	68.281	52.334
Depósitos Interfinanceiros	-	2.354	30.404	32.758	2.221
Depósitos a prazo	9.102	20.327	325.754	355.183	261.800
Total	77.383	22.681	356.158	456.222	316.355

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	27.145	31.136
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	27.145	31.136
Total circulante	27.145	31.136
Recursos do Crédito Rural	26.907	15.031
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	26.907	15.031
Total não circulante	26.907	15.031

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 11/02/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	6	-
Outras instituições	6	-
Total circulante	6	-
Empréstimos no País - outras instituições	9.627	-
Outras instituições	9.627	-
Total não circulante	9.627	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	157	-
Obrigações por convênios oficiais	4	1
Provisão para pagamentos a efetuar	2.137	1.684
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	5.008	4.531
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	833	824
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	67	81
Pendências a regularizar	315	808
Operações com cartões	19.427	11.444
Demais fornecedores	704	466
Cretores diversos	1.656	1.400
Total circulante	30.308	21.239
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (ii)	5.001	5.000
Total não circulante	5.001	5.000

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em setembro de 2017 com vencimento em setembro de 2027 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	3.754	764	(670)	3.848
Cível	776	501	(117)	1.160
Total	4.530	1.265	(787)	5.008

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	3.848	3.754
Cível	Provável	1.160	776
Total		5.008	4.530

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 7.072; R\$ 760; R\$ 339 (2018 - R\$ 7.749, R\$ 643 e R\$ 341), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	35.811	36.159
Total de associados	37.558	30.632

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa variou seu capital social no montante de (R\$ 348) (2018 – (R\$ 21)), sendo R\$ 1.704 (2018 – R\$ 1.728) via integralização de resultados e R\$ 1.033 (2018 – R\$ 1.888), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.085 (2018 – R\$ 3.637).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.749, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 85% foram para a Reserva Legal, 5% para o FATES e 2,23% para devolução a SFG.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 144 (R\$ 772 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.525	14.682
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.410)	(6.166)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	13	3
Provisão resgate de milhas cartão	4	(26)
Brindes e Doações	(13)	(5)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(13)	13
Receita com atos cooperativos	6.119	5.139
Juros sobre capital próprio	700	748
Prejuízo fiscal	182	84
Lucros e dividendos	7	16
Outros	24	25
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	191
Subtotal	7.023	6.188
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(387)	22

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	12.478	3.105
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	57.971	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	90.448	96.574
Outros Créditos - Rendas a receber	582	550
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	561	382
Investimentos (Nota 10)	5.841	5.625
Intangível (Nota 11)	3.752	4.245
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	2.354	2.221
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	54.052	46.167
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.633	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	19.181	11.004
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	628	118
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.479	3.098
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	8.045	7.504
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	144	772
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	133	-
Operações de Empréstimos e Repasses	2.782	2.627
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	1.689	1.463
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	6.710	5.677

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	101	0,15%	229
Depósitos a prazo	70	0,02%	143
Operações de crédito	2.054	0,48%	846

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.609	2.326

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	605	521
Despesa de aluguéis	2.663	2.365
Despesa de comunicação	821	840
Despesa de manutenção e conservação	965	773
Despesa de material	442	257
Despesa processamento dados	555	348
Despesa de promoções e relações públicas	1.177	959
Despesa de propaganda e publicidade	261	53
Despesa de seguro	176	170
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.554	2.202
Despesa de serviços de terceiros	587	372
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.601	1.395
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.293	1.033
Despesa de serviços de transportes	1.282	927
Despesa de viagem	127	83
Despesa de depreciação e amortização	1.368	1.130
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	965	858
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.201	721
Outras despesas administrativas	3.285	2.473
Total	22.928	17.480

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	549	769
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	7.896	7.316
Reversão de provisões operacionais	2.695	1.999
Outras rendas operacionais	1.718	921
Total	12.858	11.005

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.159	1.226
Contribuições Cooperativistas	93	70
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	530	318
Contribuição Confederação Sicredi	5.350	4.351
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	492	512
Encargos da administração financeira	43	48
Repasse administradora de Cartões	235	226
Outras despesas de Cartões	1.239	850
Outras provisões operacionais	3.154	3.770
Outras despesas operacionais	981	1.435
Total	14.276	12.806

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	45.921	43.895
Total	45.921	43.895

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	70.031	55.484
Nível I (NI)	64.964	50.403
Capital principal - CP	64.964	50.403
Capital social	35.811	36.159
Reservas de capital	31.692	17.645
Lucros acumulados	1.213	844
Ajustes Prudenciais	(3.752)	(4.246)
Nível II (NII)	5.067	5.081
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	5.067	5.081
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	489.664	393.709
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	787	880
Margem de Capital (i)	17.829	13.264
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,30%	14,09%
Situação de Imobilização (Imob)	10.990	7.231
Índice de Imobilização (Imob / PR)	15,69%	13,03%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Alvaro Link
Diretor Executivo
CPF: 636.895.610-00

Sherlei Zucchetti
Diretor de Operações
CPF: 765.332.120-87

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20